



MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.
CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net
FONE: (43) 3534-8701 – e-mail: licitacao@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA Nº 003/2024

O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA/PR, ATRAVÉS DO DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS – SETOR DE MEDICINA E SEGURANÇA DO TRABALHO, com fundamento no art. 78, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 59/2023, que regulamenta o Credenciamento no âmbito municipal, e ainda conforme estabelecido no presente edital e seus Anexos, constantes do Processo Administrativo nº 137/2024 – INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 017/2024, torna pública a abertura da Chamada Pública visando o Credenciamento de Serviços Médicos (Médico do Trabalho), em regime presencial, para cumprimento ao disposto na Portaria nº 3214/78 – Ministério Trabalho, junto ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, pelo período de 12 (doze) meses, conforme Termo de Referência.

O Edital com a tabela referencial de preços para os serviços poderá ser obtido gratuitamente no endereço eletrônico: <https://santoantoniodaplatina.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>, e em <https://santoantoniodaplatina.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-credenciamento>.

1. DO OBJETO/ DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

1.1. O presente edital tem por finalidade o Credenciamento de Serviços Médicos (Médico do Trabalho), em regime presencial, para cumprimento ao disposto na Portaria nº 3214/78 – Ministério Trabalho, junto ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, pelo período de 12 (doze) meses.

1.2. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Para o presente exercício financeiro, as despesas decorrentes deste Termo de Credenciamento correrão a conta:

Ref. Dotação	Orgão Unid.	Funcional Programática	Ação	Descrição	Vínculo	Sub Elemento	Descrição
224	03.007	0011.0331.0021	2387	Setor de Medicina e Segurança do Trabalho	000	33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

2. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS DE CREDENCIAMENTO

Data: A partir de 27 de maio de 2024, através de protocolo digital, direcionado à Comissão Especial de Credenciamento.

Link com as instruções para realização do protocolo digital: <https://santoantoniodaplatina.atende.net/cidadao/pagina/editais-de-credenciamento>.

3. DA PROPOSTA DE CREDENCIAMENTO

3.1. O credenciamento dependerá de análise dos documentos exigidos no item 4. “DA HABILITAÇÃO”, deste Edital;

3.2. A apresentação de proposta sujeita a proponente integralmente às condições deste Credenciamento, Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 59/2023 e normativos complementares.



4. DA HABILITAÇÃO

4.1. Habilitação compreende: triagem, de caráter eliminatório, com o objetivo de verificar se o proponente cumpre as exigências previstas para inscrição neste edital.

4.2. A documentação apresentada será objeto de análise pela **Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Portaria Municipal nº 263/24**;

4.3. A **Habilitação Jurídica** será comprovada mediante a apresentação da documentação abaixo:

4.3.1. No caso de Pessoa Jurídica:

- a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social ou consolidação e última alteração, em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações ou sociedade cooperativa, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores
- b) **RG e CPF** do Administrador que vai assinar o contrato.

4.3.2. No caso de Pessoa Física:

- a) Cópia da Carteira de Identidade e CPF;
- b) Inscrição no INSS/PIS-PASEP.

4.4. **Regularidade fiscal, social e trabalhista**, comprovada mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- a) Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ;
- b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
- c) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual, mediante apresentação de Certidão Negativa de Tributos Estaduais, expedida pela Secretaria de Estado da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Municipal, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Municipais, expedida pela Secretaria Municipal da Fazenda, do domicílio ou sede da proponente ou outra equivalente na forma da lei;
- e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

4.4.1 **No caso de Pessoa Física apresentar todos os documentos acima citados, exceto a letra “e”.**

4.5. **Qualificação Técnica**, comprovada conforme critérios estabelecidos no Termo de Referência - item 3.2, Anexo I deste Edital, pertinente a função a ser desempenhada.

4.6. Demais documentos a serem apresentados:

- a) Carta-Proposta (conforme modelo – Anexo II), devidamente preenchida e assinada; e
- b) Modelo de Declaração Unificada - Anexo III.

4.6.1. Os anexos acima citados devem ser apresentados, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambigüidades.

4.6.2. Os anexos acima citados apresentados de forma incompleta, rasurados ou em desacordo com o estabelecido neste Edital serão considerados ineptos, podendo o interessado apresentar novo requerimento livre das causas que ensejaram sua inépcia.

4.7. Será considerada habilitada apenas a Pessoa Física ou Jurídica interessada que apresentar os documentos exigidos no prazo de validade neles previstos e, quando não mencionado, os documentos serão considerados válidos por até 120 (cento e vinte) dias, contados da data de sua emissão

5. DOS SERVIÇOS E VALORES



5.1. Conforme tabela dos Itens e Valores Estimados, constante do Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

6. DA HOMOLOGAÇÃO

6.1. O credenciamento será homologado por intermédio da assinatura do Senhor Prefeito Municipal.

7. DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E DO DESCREDENCIAMENTO

7.1. As condições de execução dos serviços e do credenciamento constarão no Termo de Credenciamento a ser assinado pelas partes, nos termos do Edital e seus anexos.

8. DO PAGAMENTO

8.1. Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente a prestação de serviço efetivamente executada, mediante envio dos devidos relatórios de execução dos serviços prestados e atestados pelo **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**, bem como a emissão da Ordem de Compra, emitida pela Unidade de Compras correspondente.

8.1.1. Para efetivação do pagamento, a CREDENCIADA deverá demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e tributários instituídos por lei;

8.1.2. A CREDENCIADA deverá apresentar a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a CNDT – Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas, e a Certidão Negativa de Débitos Municipais; com prazos vigentes, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade fiscal.

9. DO MODO DE CONTRATAÇÃO

9.1. Por se tratar de contratação de serviço técnico profissional, com fundamento no art. 78, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 59/2023, a contratação será processada via Credenciamento, sendo formalizada a contratação através de inexigibilidade de licitação, sob a coordenação da **Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Portaria Municipal nº 263/24**.

9.2. Poderão credenciar ao objeto deste chamamento público, as pessoas físicas ou jurídicas prestadoras de serviços do ramo pertinentes ao objeto contratual do presente edital, sediadas ou não no Município de SANTO ANTONIO DA PLATINA-PR, desde que atendam às condições específicas de habilitação e os requisitos para contratação.

9.3. Os interessados poderão solicitar o Credenciamento, conforme estabelecido no item 2, desde que cumpridos todos os requisitos e durante a vigência do Edital de Chamada Pública.

9.4. O processo de CREDENCIAMENTO terá início na data de **27 de maio de 2024**.

9.5. No dia **25 de junho de 2024** será realizada a primeira Avaliação de caráter classificatório pelo Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, para a distribuição de demanda entre os interessados pré-habilitados.

9.6. Se acaso não houver nenhum interessado neste período, nova data será definida para a primeira avaliação, conforme publicação no site da prefeitura.

9.7. Os credenciados que não forem contratados neste período, ficarão em fila de espera para rotatividade anual, juntamente com inscritos que se credenciarem posteriormente, de acordo com a data de declaração de sua pré-qualificação como credenciada, bem com a formação da lista de credenciados em fila de espera.

9.8. Os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista final.

9.9. O credenciado só será chamado para executar novamente o objeto após os demais credenciados que já estejam na lista forem chamados;

9.10. Para as contratações posteriores à classificação em fila de espera, serão exigidos os documentos que comprovem a manutenção das condições apresentadas quando da pré-qualificação do credenciado.

9.11. O Município poderá, obedecidas às condições previstas no contrato e no seu interesse, descredenciar os profissionais que a qualquer tempo, caso não houver demanda de atendimento.



10. DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO

10.1. A CREDENCIADA deve observar e fazer observar, por seus colaboradores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual.

10.2. Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:

- a) “**prática corrupta**”: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de credenciamento ou na execução de contrato;
- b) “**prática fraudulenta**”: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de credenciamento ou de execução de contrato;
- c) “**prática colusivas**”: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais credenciados, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão CREDENCIADO, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
- d) “**prática coercitiva**”: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de credenciamento ou afetar a execução do contrato;
- e) “**prática obstrutiva**”: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas, deste instrumento; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.

10.3. Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CREDENCIADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar do credenciamento ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.

10.4. Considerando os propósitos da cláusula acima, a CREDENCIADA, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados ao credenciamento e à execução do contrato.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os novos credenciados, ao ingressarem no credenciamento, serão posicionados, ao final da mencionada lista, obedecendo à rotatividade nas convocações;

11.2. Ao ser realizada uma convocação, e a CREDENCIADA não se colocar à disposição para a prestação do serviço contratado, retornará esta ao final da lista de ordem para não alterar a rotatividade;

11.3. Decorrido o prazo sem o início da execução da demanda a CREDENCIADA será imediatamente convocado por escrito, para prestar esclarecimentos, por escrito sendo-lhe assegurado o contraditório e a ampla defesa;

11.4. A aceitação das condições constantes deste Edital será formalizada com a assinatura do respectivo Termo de Credenciamento;

11.5. O Termo de Credenciamento poderá ter vigência de até 12 (doze) meses, vinculado a este Edital e obedecendo ao disposto no artigo 105 da Lei Federal nº 14.133/21, nos termos do Termo de Referência;

11.6. Este Edital de Chamada Pública terá de vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da data de expedição do mesmo, podendo ser prorrogado a critério do **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**;

11.7. Os casos omissos serão resolvidos pela **Comissão Especial de Credenciamento, designada pela Portaria Municipal nº 263/24**, com base em parecer técnico do **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**, bem com base nas disposições constantes da Lei Federal nº 14.133/21, e nos princípios de Direito Público, integrando também o presente instrumento, independentemente de transcrição, as disposições contidas na referida Lei, naquilo que lhe seja aplicável.

11.8. O credenciamento poderá ser realizado a qualquer momento por qualquer interessado que atenda aos requisitos e as condições fixadas no presente Edital.

Dúvidas referentes a contratação e execução dos serviços deverão ser dirimidas ao Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, através do telefone (43) 3534-8701 – ramal 251 (Silvana), e-mail rh@santoantonioplata.pr.gov.br e/ou (43) 3534-8701 – ramal 253 (Tânia), e-mail med.trab@santoantonioplata.pr.gov.br.

11.9. Constituem partes integrantes deste Edital:

ANEXO I	-	Termo de Referência
ANEXO II	-	Modelo Carta Proposta
ANEXO III	-	Modelo de Declaração Unificada
ANEXO IV	-	Termo de Credenciamento

Santo Antônio da Platina/PR, 23 de maio de 2024. -

COMISSÃO ESPECIAL DE CREDENCIAMENTO:

IGIANE DE JESUS GOMES DE MORAES
Presidente

Membros

FRANCIELE DE FATIMA SILVA

SUMARA BERNARDI ALVES



ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1 . CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Credenciamento de Serviços Médicos (Médico do Trabalho), em regime presencial, para cumprimento ao disposto na Portaria nº 3214/78 – Ministério Trabalho, junto ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, pelo período de 12 (doze) meses.

Descritivo e valor para contratação de Pessoa Física						
ITEM	QT	FUNÇÃO	SETOR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO
01	01	Médico do Trabalho	Setor de Medicina e Segurança do Trabalho	15 horas	12 meses	R\$ 9.153,90

Descritivo e valor para contratação de Pessoa Jurídica						
ITEM	QT	FUNÇÃO	SETOR	CARGA HORÁRIA SEMANAL	PERÍODO	VALOR UNITÁRIO
01	01	Médico do Trabalho	Setor de Medicina e Segurança do Trabalho	15 horas	12 meses	R\$ 14.752,82

- 1.1. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto Municipal nº 589, de 05 de dezembro de 2022.
- 1.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns.
- 1.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.4. Quanto à correção anual de valores a ser paga por este edital, aplicar-se-á o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (JUSTIFICATIVA)

2.1. Atualmente a Prefeitura Municipal conta com um Médico do Trabalho contratado em regime efetivo com carga horária de 20 (vinte) horas semanais que presta atendimentos aos servidores públicos municipais na área de medicina do trabalho. Considerando que o número de servidores públicos está atualmente em 1373 servidores, e considerando a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, o profissional efetivo não consegue dar conta de toda a demanda exigida pelo setor. Desta forma surge a necessidade contratação de um médico do trabalho (pessoa física ou jurídica) para ajudar a atender às demandas específicas de saúde ocupacional dos servidores municipais no setor de Medicina e Segurança do Trabalho. O atendimento será realizado em conjunto com o médico do trabalho efetivo, possibilitando um aumento no atendimento e garantindo que a necessidade do setor de Medicina do Trabalho seja suprida. O atendimento do médico do trabalho possibilita a



prevenção de doenças, a segurança no ambiente de trabalho e a conformidade com as normas regulamentadoras.

3. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

DESCRIÇÃO DO HORÁRIO, FUNÇÕES E JORNADA DE TRABALHO

3.1. Os serviços médicos serão prestados em regime presencial ficando a carga horária distribuída da seguinte forma:

- a. 03 (três) horas diárias, de segunda à sexta-feira, das 13h00min às 16h00min;
- b. Outros horários podem ser considerados, desde que sejam compatíveis com o horário de atendimento do Setor (Das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, exceto o intervalo das 07h30min às 09h30min, quando o Médico do Trabalho do Município está em atividade);
- c. A carga horária diária pode ser realizada de forma ininterrupta ou intercalada, priorizando sempre o bom atendimento ao usuário, às necessidades da Secretaria Municipal de Gestão e à finalidade á que se destina, desde que, previamente acordadas com o Setor de Medicina e Segurança do Trabalho.
- d. Deverá realizar, no mínimo, 12 consultas diárias, dentro da carga horária de 03 (três) horas diárias, além das atividades relacionadas abaixo, no subitem 3.3, conforme demanda.
- e. Os serviços serão prestados no ambulatório médico do Setor de Medicina e Segurança do Trabalho da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina e não será permitido o atendimento em localidade diferente desta.

3.2. Os critérios e condições necessárias para a função incluem:

- a. Diploma de Ensino Superior Completo no curso de Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e devidamente registrado no órgão ou entidade competente;
- b. Certificado devidamente registrado de Especialização ou Residência na área de Medicina do Trabalho em instituição credenciada de saúde;
- c. Certidão de Registro e Regularidade no Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná;
- d. Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) em Medicina do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná;

3.3. As atribuições do cargo de Médico do Trabalho incluem:

- a. Realizar tarefas inerentes à saúde do servidor;
- b. Examinar pacientes, solicitando e interpretando exames, prescrever, orientar e acompanhar a evolução;
- c. Encaminhar servidores para tratamentos com especialistas quando necessário;
- d. Analisar, monitorar e controlar todos os atestados de saúde dos servidores anotando em prontuário físico ou online conforme disponibilidade;

- e. Fazer avaliação e emitir declaração de aptidão física para o exercício da função pública (exame admissional, demissional, periódico e retorno ao trabalho);
- f. Operar equipamentos e sistemas de informática e outros, quando necessário ao exercício de suas funções;
- g. Seguir os preceitos éticos do Conselho de Classe;
- h. Cumprir os protocolos do Ministério da Saúde;
- i. Zelar pela conservação, preservação e manutenção do patrimônio, equipamentos e materiais de consumo do seu local de trabalho;
- j. Realizar Avaliação da Capacidade Laboral dos servidores com emissão de parecer, quando solicitado;
- k. Atualizar o Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional (PCMSO); Laudo Técnico das Condições Ambientais de Trabalho (LTCAT) e os Laudos de Periculosidade e Insalubridade quando necessário;
- l. Emitir parecer sobre concessão de Adicional de Insalubridade e Periculosidade; Comunicação de Acidente de Trabalho e Elaboração de Perfil Profissiográfico Previdenciário, quando solicitado.
- m. Participar de equipe multidisciplinar contribuindo com dados e informações para a elaboração, planejamento e execução de atividades voltadas à saúde do trabalhador;
- n. O profissional contratado deverá seguir na íntegra a Resolução CFM nº 2.297, de 05 de agosto de 2021.
- o. O profissional contratado deverá manter o alinhamento consistente e à adesão de valores, princípios e normas éticas comuns para sustentar e priorizar o interesse público.

4. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

4.1. O credenciamento dependerá de análise dos documentos necessários abaixo relacionados, atendidas as seguintes exigências:

- a) Carta-Proposta (conforme modelo – Anexo II), devidamente preenchida e assinada; e
- b) Modelo de Declaração Unificada - Anexo III.
- c) Qualificação Técnica: Os fornecedores serão selecionados por meio de CREDENCIAMENTO que dependerá de análise dos documentos necessários abaixo relacionados:
 - a. Diploma de Ensino Superior Completo no curso de Medicina fornecido por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação e devidamente registrado no órgão ou entidade competente;
 - b. Certificado devidamente registrado de Especialização ou Residência na área de Medicina do Trabalho em instituição credenciada de saúde;
 - c. Certidão de Registro e Regularidade no Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná;
 - d. Registro de Qualificação de Especialidade (RQE) em Medicina do Trabalho registrado no Conselho Regional de Medicina do Estado do Paraná;

4.2 Os anexos acima citados devem ser apresentados, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ambigüidades.

4.3 Os anexos acima citados apresentados de forma incompleta, rasurados ou em desacordo com o estabelecido neste Edital serão considerados ineptos, podendo o interessado apresentar novo requerimento livre das causas que ensejaram sua inépcia.

5.4 A apresentação de proposta sujeita a proponente integralmente às condições deste Credenciamento, à Lei Federal 14.133/2021 e Decreto Municipal 59/2023. A avaliação de caráter classificatório abrangerá todos os proponentes habilitados e será realizada pela Comissão de Seleção descrita no item 4.2, de acordo com os critérios e pontuação abaixo:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
Curso de especialização – Seminário/Congresso/ Pós Graduação/Mestrado na área de Medicina e Segurança do Trabalho	0 a 40 pontos (Mínimo de 20 horas, 5 pontos por curso / máximo de 40 pontos
Experiência de Medicina do Trabalho em qualquer nível de trabalho (público ou privado)	0 a 30 pontos (2 pontos por ano trabalhado/máximo de 30 pontos)
Experiência de Medicina na área pública	0 a 30 pontos (1 ponto por ano de experiência na área)
TOTAL	100 PONTOS

4.1. Em caso de empate na pontuação final, como critério de desempate tem preferência o concorrente que sucessivamente:

- Tiver maior idade entre os concorrentes;
- Maior pontuação em cursos de especialização;
- Maior pontuação em experiência na área de Medicina e Segurança do Trabalho;
- Maior pontuação em experiência em Medicina na Área pública;
- Mantendo empate, será feito sorteio para definição de classificação final.

4.2. Os credenciados serão chamados para executar o objeto de acordo com sua posição na lista;

4.3. O credenciado só será chamado para executar novo objeto após os demais credenciados que já estejam na lista forem chamados.

4.4. A qualquer tempo um interessado poderá requerer seu credenciamento e, se ocorrer após a primeira análise da Comissão, será posicionado no final da fila, independente da pontuação alcançada, sendo incluído aos demais nomes de maneira cronológica a solicitação.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Prestar os serviços discriminados em sua proposta diretamente no local determinado no contrato.

5.2. Retificar, sem ônus para o CREDENCIANTE, quaisquer trabalhos que, por motivos imputáveis aos usuários, mereçam reparação.

5.3. Manter, durante a vigência deste Instrumento, todas as condições de habilitação e qualificação previstas no edital, bem como os declarados na proposta de prestação de serviços.

5.4. Gratuidade das ações e dos serviços executados no âmbito do contrato.

5.5. Executar todos os demais serviços inerentes ao cargo, conforme determinação da Secretaria Municipal de Gestão.

5.6. Atender plenamente e desenvolver todas as atividades e requisitos constantes no Termo de Referência.

5.7. O cronograma de atendimento deverá ser cumprido rigorosamente pelo profissional indicado pela contratada, até o momento de sua substituição, inclusive com o registro dos horários de entrada e saída de cada período, mediante utilização do sistema biométrico.



5.8. O Profissional contratado deverá cumprir rigorosamente os horários de entrada e saída pré-estabelecidos.

6. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 6.1. Disponibilizar local adequado para a realização das atividades do profissional contratado;
- 6.2. Disponibilizar materiais de trabalho e equipamento de proteção individual (EPI), em conformidade com a Norma Regulamentadora NR-06.
- 6.3. Disponibilizar equipamentos de informática se necessário para o desempenho das funções;
- 6.4. Efetuar o pagamento ao Contratado, de acordo com os prazos e condições estabelecidos no Termo de Credenciamento;
- 6.5. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Credenciada, de acordo com as cláusulas contratuais.
- 6.6. Comunicar prontamente ao Contratado qualquer anormalidade no objeto do Contrato, podendo recusar a prestação dos serviços, caso não esteja de acordo com as especificações e condições estabelecidas no edital e em seus anexos.

7. COMPOSIÇÃO DE CUSTOS (ANEXO)

7.1. O valor do salário base foi fixado considerando a remuneração do mesmo cargo consoante ao Quadro de Cargos do no Município de Santo Antônio da Platina, no âmbito do Decreto nº 129/2024.

8. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

8.1. As despesas decorrentes da execução da refeirda contratação correrão poe conta da Dotação Orçamentária:

Ref. Dotação	Orgão Unid.	Funcional Programática	Ação	Descrição	Vínculo	Sub Elemento	Descrição
224	03.007	0011.0331.0021	2387	Setor de Medicina e Segurança do Trabalho	000	33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

9. DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

9.1 A Fiscalização sobre a execução do contrato será exercida pela Responsável pelo Setor de Medicina e Segurança do Trabalho.

Santo Antônio da Platina, 16 de maio de 2024.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2024 11:24-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66477db6d4b14>.
POR IGIANE DE JESUS GOMES MORAES - (***.963.889-**) EM 23/05/2024 11:24





ADENDO

I – PLANILHA DE CUSTOS PESSOA FÍSICA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS			
OBJETO: Contratação de serviços médicos em regime presencial			
Número do Processo:			
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)			
Local da prestação dos serviços:		Setor de Medicina e Segurança do Trabalho	
Número de meses de execução contratual:		12 meses	
IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO			
Tipo de serviço: Médico do Trabalho		Serviços médicos em regime presencial	
Unidade de medida:		Mensal	
DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA			
Salário Normativo da Categoria Profissional:		-	
Categoria profissional (vinculada a execução contratual)		-	
Data base da categoria		-	
Código Brasileiro de Ocupações - CBO		2251-25	
Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário-Base	100,00%	R\$ 7.364,14
B	Adicional de Periculosidade		R\$ -
C	Adicional de Insalubridade		R\$ 299,66
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
Total		100,00%	R\$ 7.663,80
Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 638,65
B	Férias + Adicional de Férias	11,11%	R\$ 851,45
Total		19,44%	R\$ 1.490,10
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 1.490,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	0,00%	R\$ -
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00%	R\$ -
Total		19,44%	R\$ 1.490,10
Módulo 3 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
Base de Cálculo: (MÓDULO 1 + MÓDULO 2.1)			R\$ 9.153,90
4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

A	Férias e Adicional de férias		R\$ 851,45
B	Ausências Legais	0,00%	R\$ -
C	Licença-Paternidade	0,00%	R\$ -
D	Ausência por acidente de trabalho	0,00%	R\$ -
E	Afastamento Maternidade	0,00%	R\$ -
F	Outros (especificar)		
Total		0,00%	R\$ 851,45

Módulo 4 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custo direto: Somatório dos Módulos 1+2+3+4+5			R\$ 9.153,90
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	0,00%	R\$ -
C	Base de Cálculo dos Tributos		R\$ 9.153,90
	C.1. COFINS	0,00%	R\$ -
	C.2. PIS	0,00%	R\$ -
	C.3. ISS	0,00%	R\$ -
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS E MUNICIPAIS		0,00%	
			R\$ 9.153,90
Total			R\$ 9.153,90

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	100,00%	R\$ 7.663,80
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	19,44%	R\$ 1.490,10
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00%	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,00%	R\$ -
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ -
Subtotal (A + B +C+ D+E)		119,44%	R\$ 9.153,90
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00%	R\$ -
Valor Total por Empregado		239%	R\$ 9.153,90

FATOR K - ACÓRDÃO TCU 289/2018 - Plenário de 21/02/2018

CUSTO TOTAL / REMUNERAÇÃO TOTAL = MÁXIMO 2,70

1,19

II – PLANILHA DE CUSTOS PESSOA JURIDICA

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS	
OBJETO: Contratação de serviços médicos em regime presencial	
Número do Processo:	
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS (DADOS REFERENTES À CONTRATAÇÃO)	
Local da prestação dos serviços:	Setor de Medicina e Segurança do Trabalho
Número de meses de execução contratual:	12 meses





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO	
Tipo de serviço: Médico do Trabalho	Serviços médicos em regime presencial
Unidade de medida:	Mensal

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA	
Salário Normativo da Categoria Profissional	-
Categoria profissional (vinculada a execução contratual)	-
Data base da categoria	-
Código Brasileiro de Ocupações - CBO	2251-25

Módulo 1 - Composição da Remuneração			
1	Composição da Remuneração	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Salário-Base	100,00%	R\$ 7.364,14
B	Adicional de Periculosidade		R\$ -
C	Adicional de Insalubridade		R\$ 299,66
D	Adicional Noturno		
E	Adicional de Hora Noturna Reduzida		
F	Outros (especificar)		
Total		100,00%	R\$ 7.663,80

Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários			
Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário	8,33%	R\$ 638,65
B	Férias + Adicional de Férias	11,11%	R\$ 851,45
Total		19,44%	R\$ 1.490,10

Submódulo 2.2 - Encargos Previdenciários (GPS), Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e outras contribuições.			
Base de Cálculo: Módulo 1 + Submódulo 2.1			R\$ 9.153,90
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	INSS	20,00%	R\$ 1.830,78
B	Salário Educação	2,50%	R\$ 228,85
C	SAT: 2,52% FAT: 1,26%	2,52%	R\$ 230,68
D	SESC ou Sesi	1,50%	R\$ 137,31
E	SENAI - SENAC	1,00%	R\$ 91,54
F	SEBRAE	0,60%	R\$ 54,92
G	INCRA	0,20%	R\$ 18,31
H	FGTS	8,00%	R\$ 732,31
Total		36,32%	R\$ 3.324,70

Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios anuais, mensais e diários			
2	Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	Percentual (%)	Valor (R\$)
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias	19,44%	R\$ 1.490,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições	36,32%	R\$ 3.324,70
2.3	Benefícios Mensais e Diários	0,00%	R\$ -
Total		55,76%	R\$ 4.814,79

Módulo 3 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
Submódulo 4.1 - Ausências Legais			
Base de Cálculo: (MÓDULO 1 + MÓDULO 2.1)			R\$ 9.153,90
4.1	Ausências Legais	Percentual (%)	Valor (R\$)





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

A	Férias e Adicional de férias		R\$	-
B	Ausências Legais	0,28%	R\$	25,63
C	Licença-Paternidade	0,08%	R\$	7,32
D	Ausência por acidente de trabalho	0,03%	R\$	2,75
E	Afastamento Maternidade	0,06%	R\$	5,49
F	Outros (especificar)			
Total		0,45%	R\$	41,19

Quadro-Resumo do Módulo 3 - Custo de Reposição do Profissional Ausente			
4	Custo de Reposição do Profissional Ausente	Percentual (%)	Valor (R\$)
4.1	Ausências Legais	0,45%	R\$ 41,19
4.2	Intrajornada	0,00%	R\$ -
Total Módulo 3		0,45%	R\$ 41,19

Módulo 4 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro			
Custo direto: Somatório dos Módulos 1+2+3+4			R\$ 12.519,78
6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	0,00%	R\$ -
B	Lucro	10,00%	R\$ 1.251,98
C	Base de Cálculo dos Tributos		R\$ 13.771,76
	C.1. COFINS	3,00%	R\$ 442,58
	C.2. PIS	0,65%	R\$ 95,89
	C.3. ISS	3,00%	R\$ 442,58
TOTAL TRIBUTOS FEDERAIS E MUNICIPAIS		6,65%	R\$ -
			R\$ 14.752,82
Total			R\$ 16.004,80

2. QUADRO-RESUMO DO CUSTO POR EMPREGADO			
	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Percentual (%)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	100,00%	R\$ 7.663,80
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	55,76%	R\$ 4.814,79
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	0,00%	R\$ -
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	0,45%	R\$ 41,19
E	Módulo 5 - Insumos Diversos		R\$ -
Subtotal (A + B +C+ D+E)		156,21%	R\$ 12.519,78
F	Módulo 6 – Custos Indiretos, Tributos e Lucro	0,00%	R\$ 2.233,04
Valor Total por Empregado		312%	R\$ 14.752,82

FATOR K - ACÓRDÃO TCU 289/2018 - Plenário de 21/02/2018

CUSTO TOTAL / REMUNERAÇÃO TOTAL = MÁXIMO 2,70

1,93





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

ANEXO II

MODELO

CARTA PROPOSTA

Localidade, _____ de _____ de 20____

Pela Presente Proposta de Serviços, a empresa (Razão Social ou Nome), CNPJ ou CPF: _____, endereço: _____, devem oferecer os serviços profissionais no(s) seguinte(s) item (s):

- (listar o item **Descritivo e valor para contratação, constante do Termo de Referência**)

Informações complementares:

Banco/conta corrente: _____

Nome (s) signatário (s) do futuro contrato: _____

Telefone (fixo e/ou celular): _____

E-mail: _____

Endereço completo para envio do contrato: _____

Atenciosamente.

(Assinatura)

(Nome do representante legal)





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

ANEXO III – DECLARAÇÃO UNIFICADA (MODELO)

Ao MUNICÍPIO DE SANTO ANTONIO DA PLATINA – PR

Referência: Chamada Pública nº 003/2024

A Proponente _____, inscrita no CNPJ/MF ou CPF sob nº _____, com endereço na Rua _____, nº _____, CEP: _____ na cidade de _____ Estado do _____, telefone (____) _____ - _____ por intermédio de seu representante legal, o (a) Sr (a) _____, inscrito (a) no CPF nº _____ e RG nº _____, DECLARA expressamente:

- a) que inexistem fatos impeditivos para sua contratação, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
- b) que possui pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação, constantes do procedimento, bem como a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos;
- c) que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);
- d) que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas;
- e) que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49; (se for o caso).

Local e data.

(Assinatura, RG e CPF do declarante)
Representante Legal

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2024 11:24-03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR <https://c.atende.net/tp66477db6d4b14>.
POR IRIANE DE JESUS GOMES MORAES - (***.963.889-**) EM 23/05/2024 11:24





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

ANEXO IV

TERMO DE CREDENCIAMENTO

TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº _____, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS, CELEBRADO ENTRE A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTONIO DA PLATINA, ESTADO DO PARANÁ, E O (ESPECIFICAR O NOME DO PROFISSIONAL CREDENCIADO)

CREDENCIADO

NOME/RAZÃO SOCIAL:

ENDEREÇO:

CPF/CNPJ:

INSCRIÇÃO MUNICIPAL:

IDENTIDADE DO REPRESENTANTE LEGAL:

EMISSOR:

As partes acima indicadas celebram o presente TERMO DE CREDENCIAMENTO, para a prestação de serviços, de acordo com o Processo Administrativo nº **137/2024**, por Inexigibilidade de Licitação nº **017/2024**, de conformidade, no que couber com o disposto na Lei Federal nº 14.133/21 e no Decreto Municipal nº 59/2023, tendo por finalidade o **Credenciamento de Serviços Médicos (Médico do Trabalho)**, em regime presencial, para cumprimento ao disposto na Portaria nº 3214/78 – Ministério Trabalho, junto ao Setor de Medicina e Segurança do Trabalho, pelo período de 12 (doze) meses; mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

- 1.1 O presente Instrumento tem como objetivo a prestação pela CREDENCIADA de Serviços da área de Medicina do Trabalho, discriminados em sua proposta, a qual passa a fazer parte integrante deste, no que não o contrarie independentemente de transcrição.
- 1.2 Este Instrumento foi firmado com inexigibilidade de licitação, de acordo com o inciso IV do art. 74 da Federal nº 14.133/21.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO CREDENCIAMENTO

- 2.1. O presente Termo de Credenciamento abrange o atendimento junto ao **Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS SERVIÇOS PRESTADOS

- 3.1 Os serviços ajustados neste Instrumento compreendem o atendimento nas especialidades constantes na sua proposta.

CLÁUSULA QUARTA – DA CLIENTELA

- 4.1 A clientela dos serviços, objeto deste Credenciamento, constituir-se-á conforme necessidade do **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES DO CREDENCIANTE

- 5.1 O CREDENCIANTE se obriga à:
 - a) promover por meio de seus representantes, o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, sob os aspectos quantitativos e qualitativos, anotando em registro próprio as falhas detectadas e comunicando a CREDENCIADA as ocorrências de quaisquer fatos que exijam medidas corretivas por parte daquele;
 - b) efetuar o pagamento a CREDENCIADA, de acordo com as condições e prazo estabelecidos neste Instrumento.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CREDENCIADA

- 6.1 A CREDENCIADA se obriga à:
 - a) Atender plenamente e desenvolver todas as atividades e requisitos constantes no **Termo de Referência**; de acordo com a área específica do cargo, **Anexo I do Edital de Chamada Pública 003/2024**.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO

- 7.1 Os serviços deverão ser prestados conforme modelo de execução do objeto, elaborado pelo **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**, observando estritamente os requisitos constantes no **Termo de Referência**; **Anexo I do Edital de Chamada Pública nº 003/2024**.

CLÁUSULA OITAVA - DISCRIMINAÇÃO

- 8.1 Qualquer tipo de discriminação dará causa à rescisão imediata do presente Instrumento e a aplicação das penalidades previstas na **Cláusula Décima Quinta** deste instrumento.

CLÁUSULA NONA - DO PREÇO





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

- 9.1 Os preços dos serviços objeto deste Instrumento serão pagos pela Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Platina, com base nos valores constantes da Planilha de Custos, inserida no Termo de Referência, **Anexo I do Edital de Chamada Pública nº 003/2024**, estabelecido pelo **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA CORREÇÃO ANUAL

- 10.1 Em caso de a CONTRATANTE optar pela prorrogação do contrato, nos termos da Lei Federal nº 14.133/21, os valores **poderão** ser reajustados conforme índice de atualização monetária do IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo), acumulados nos últimos 12 (doze) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO PAGAMENTO

- 11.1 Os pagamentos serão efetuados mensalmente até o 15º (décimo quinto) dia do mês subsequente a prestação de serviço efetivamente executada, mediante envio dos devidos relatórios de execução dos serviços prestados e atestados pelo **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**, bem como a emissão da Ordem de Compra, emitida pela Unidade de Compras correspondente.
- 11.1.1 Para efetivação do pagamento, a CREDENCIADA deverá demonstrar situação regular no cumprimento dos encargos sociais e tributários instituídos por lei;
- 11.2 No ato do pagamento, a CREDENCIADA deverá apresentar a Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, a CNDT – Certidão negativa de Débitos Trabalhistas, e a Certidão Negativa de Débitos Municipais; com prazos vigentes, junto à Tesouraria deste Município, a fim de comprovar sua idoneidade fiscal.
- 11.3 A entrega dos documentos pela CREDENCIADA, sem a observância das exigências previstas, implicará na automática prorrogação do prazo para que o CREDENCIANTE efetue o pagamento, passando o mesmo a contar a partir da data em que a CREDENCIADA houver sanado todas as irregularidades.
- 11.4 Sendo constatadas incorreções na documentação de cobrança, o CREDENCIANTE providenciará sua imediata devolução, a fim de que seja reprocessada a correção pela CREDENCIADA. Neste caso os preços dos serviços não poderão ser atualizados monetariamente, desde que o pagamento seja efetuado no prazo previsto no Parágrafo Primeiro desta Cláusula, contado a partir da data da recepção, pelo CREDENCIANTE, do documento reprocessado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA GLOSA

- 12.1 Reserva-se ao CREDENCIANTE, o direito de glosar, total ou parcialmente, os procedimentos apresentados em desacordo com as disposições contidas no presente Instrumento, mediante análise técnica pelo perito e/ou análise financeira pela Prefeitura Municipal, através dos Departamentos competentes.
- 12.1.1 Ocorrendo glosa, esta será deduzida da própria Fatura, e será informada a CREDENCIADA, sendo de 90 (noventa) dias o prazo de recurso de glosa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1 Para o presente exercício financeiro, as despesas decorrentes deste Termo de Credenciamento correrão a conta:

Ref. Dotação	Orgão Unid.	Funcional Programática	Ação	Descrição	Vínculo	Sub Elemento	Descrição
224	03.007	0011.0331.0021	2387	Setor de Medicina e Segurança do Trabalho	000	33390340000000000000	Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização

- 13.2 Para os exercícios financeiros seguintes até o término da vigência deste instrumento, as despesas correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, extraíndo-se, para tanto, as respectivas Notas de Empenho.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA ALTERAÇÃO

- 14.1 Este Instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer dos fatos estipulados no artigo 124 da Lei Federal nº 14.133/21, ou previstos neste edital, por meio de termos aditivos.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

- 15.1 A CREDENCIADA e a CONTRATADA que incorram nas infrações previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, apuradas em regular processo administrativo, sujeitam-se às sanções previstas no art. 156 da mesma Lei, bem como no Decreto Municipal nº 587/22.
- 15.2 A aplicação das sanções pelo cometimento de infração será precedida do devido processo administrativo, com garantias de contraditório e de ampla defesa.
- 15.3 A sanção de advertência será aplicada nas seguintes hipóteses:
- a) Descumprimento, de pequena relevância, de obrigação legal ou infração à Lei quando não se justificar aplicação de sanção mais grave;





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

- b) Inexecução parcial de obrigação contratual principal ou acessória de pequena relevância, a critério da Administração, quando não se justificar aplicação de sanção mais grave.
- 15.4 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, àquele que:
- a) Dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
 - b) Dar causa à inexecução total do contrato;
 - c) Deixar de entregar a documentação exigida;
 - d) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
 - e) Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
 - f) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado.
- 15.4.1 Considera-se inexecução total do contrato:
- a) Recusa injustificada de cumprimento integral da obrigação contratualmente determinada;
 - b) Recusa injustificada do adjudicatário em assinar ata de registro de preços, contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração também caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida.
- 15.5 A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar será aplicada àquele que:
- a) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a realização do processo ou a execução do contrato;
 - b) Fraudar o processo de credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
 - c) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
 - d) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do processo de credenciamento;
 - e) Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 15.5.1 Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, ou o conluio entre os credenciados/contratados, em qualquer momento do processo de credenciamento e contratação.
- 15.5.2 A sanção prevista no item 15.5, aplicada por qualquer ente da Federação, impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do Município de Santo Antônio da Platina, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 15.6 Poderá ser aplicada multa de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) a 30% (trinta por cento) sobre o valor o valor do contrato lícitado.
- 15.6.1 Para as infrações previstas no item 15.4 a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato lícitado;
- 15.6.2 Para as infrações previstas no item 15.5, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato lícitado.
- 15.7 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.
- 15.8 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
- 15.9 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.
- 15.10 Na aplicação das sanções serão considerados:
- 15.10.1 A natureza e a gravidade da infração cometida;
 - 15.10.2 As peculiaridades do caso concreto;
 - 15.10.3 As circunstâncias agravantes ou atenuantes;
 - 15.10.4 Os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 15.11 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Credenciamento, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.
- 15.12 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 15.13 O não pagamento nos prazos fixados na Cláusula Décima Primeira deste Termo de Credenciamento acarretará multa à **CONTRATANTE**, mediante a aplicação da fórmula a seguir:
- EM = I x N x VP, onde:
- I = (TX/100) / 365;
- I = Índice de atualização financeira;
- TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;
- EM = Encargos moratórios;
- N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;
- VP = Valor da parcela em atraso.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL

- 16.1 A responsabilidade civil e criminal das partes, decorrente da prestação dos serviços, regular-se-á pelo disposto nos artigos 927 a 954 da Lei 10.406/02 – Código Civil Brasileiro.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

- 17.1 O presente Instrumento terá vigência de até **12 (doze) meses**, contados a partir da data de sua publicação, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, observando o princípio de rotatividade, e de comum acordo entre as partes.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DA DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- 18.1 A execução do objeto do presente Termo de Credenciamento deverá obedecer ao estipulado no mesmo, bem como às obrigações assumidas nos documentos adiante enumerados constantes no Processo nº **(especificar o número do processo administrativo)** e que, independentemente de transcrição, fazem parte integrante e complementar deste Termo, no que não contrariem a Proposta atual da CREDENCIADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DOS CASOS OMISSOS

- 19.1 A execução deste Termo de Credenciamento, bem como os casos nele omissos, serão regulados pelo disposto na Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Municipal nº 59/2023 e demais preceitos de direito público, aplicando-lhes, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e das disposições do Direito Privado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA FISCALIZAÇÃO

- 20.1 O CREDENCIANTE fiscalizará como lhe convier e no seu exclusivo interesse, o exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas neste instrumento, por meio pelo **Departamento Municipal de Recursos Humanos e/ou Setor de Medicina e Segurança do Trabalho**.
- 20.2 Para efeito da fiscalização a que se refere esta Cláusula, a CREDENCIADA autoriza expressamente o CREDENCIANTE a:
- Examinar toda e qualquer documentação que possa servir como comprovação do exato cumprimento das Cláusulas e condições estabelecidas no presente Instrumento;
 - Exigir, a qualquer tempo, a documentação complementar que comprove a quitação dos tributos federais, estaduais e municipais por parte da CREDENCIADA e outros a seu critério.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA: DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO–

- 21.1 A CREDENCIADA deve observar e fazer observar, por seus colaboradores e subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de credenciamento, de contratação e de execução do objeto contratual.
- 21.2 Para os propósitos desta cláusula, definem-se as seguintes práticas:
- “prática corrupta”**: oferecer, dar, receber ou solicitar, direta ou indiretamente, qualquer vantagem com o objetivo de influenciar a ação de servidor público no processo de credenciamento ou na execução de contrato;
 - “prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de credenciamento ou de execução de contrato;
 - “prática fraudulenta”**: a falsificação ou omissão dos fatos, com o objetivo de influenciar o processo de credenciamento ou de execução de contrato;
 - “prática colusivas”**: esquematizar ou estabelecer um acordo entre dois ou mais credenciados, com ou sem o conhecimento de representantes ou prepostos do órgão CREDENCIADA, visando estabelecer preços em níveis artificiais e não competitivos;
 - “prática coercitiva”**: causar dano ou ameaçar causar dano, direta ou indiretamente, às pessoas ou sua propriedade, visando influenciar sua participação em um processo de credenciamento ou afetar a execução do contrato;
 - “prática obstrutiva”**: destruir, falsificar, alterar ou ocultar provas em inspeções ou fazer declarações falsas aos representantes do organismo financeiro multilateral, com o objetivo de impedir materialmente a apuração de alegações de prática prevista nas cláusulas, deste instrumento; atos cuja intenção seja impedir materialmente o exercício do direito de o organismo financeiro multilateral promover inspeção.
- 21.3 Na hipótese de financiamento, parcial ou integral, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, este organismo imporá sanção sobre uma empresa ou pessoa física, inclusive declarando-a inelegível, indefinidamente ou por prazo determinado, para a outorga de contratos financiados pelo organismo se, em qualquer momento, constatar o envolvimento da CREDENCIADA, diretamente ou por meio de um agente, em práticas corruptas, fraudulentas, colusivas, coercitivas ou obstrutivas ao participar do credenciamento ou da execução de um contrato financiado pelo organismo.
- 21.4 Considerando os propósitos da cláusula acima, a CREDENCIADA, como condição para a contratação, deverá concordar e autorizar que, na hipótese de o contrato vir a ser financiado, em parte ou integralmente, por organismo financeiro multilateral, mediante adiantamento ou reembolso, permitirá que o organismo financeiro e/ou pessoas por ele formalmente indicadas possam inspecionar o local de execução do contrato e todos os documentos, contas e registros relacionados ao credenciamento e à execução do contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

- 22.1 O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no [artigo 137 da Lei nº 14.133/21](#), bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
- 22.1.1 Nesta hipótese, aplicam-se também os [artigos 138 e 139 da mesma Lei](#).
- 22.2 O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:
- Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
 - Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
 - Indenizações e multas.





MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PLATINA

Praça Nossa Senhora Aparecida, s/n – Centro.

CNPJ nº 76.968.627/0001-00 / SITE: www.santoantoniodaplatina.atende.net

FONE: (43) 3534-8700 - E-mail: med.trab@santoantoniodaplatina.pr.gov.br

86430-000 - SANTO ANTÔNIO DA PLATINA - ESTADO DO PARANÁ

- 22.3 A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório ([art. 131, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021](#)).

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA PUBLICAÇÃO

- 23.1 Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no [art. 94 da Lei 14.133, de 2021](#), bem como no Portal Transparência, através do endereço eletrônico: <https://santoantoniodaplatina.atende.net/transparencia/item/licitacoes-gerais>.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO VÍNCULO EMPREGATÍCIO

- 24.1 O CREDECENCIADO não terão qualquer vínculo empregatício com o CREDENCIANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DO FORO

- 25.1 Fica eleito pelas partes, com renúncia de qualquer outro, o foro desta Comarca e Cidade para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Instrumento.
- 25.2 E por estarem de acordo com as condições estabelecidas neste Instrumento, às partes assinam o presente em duas vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo assinada.

Santo Antônio da Platina/PR, ____ de _____ de 2024. -

CREDENCIANTE:

CREDENCIADO:

JOSÉ COELHO DA SILVA NETO
Prefeito Municipal

REPRESENTANTE
XXXXXXXXXXXXXX

TESTEMUNHAS

1- _____
RG nº _____
CPF nº _____

2- _____
RG nº _____
CPF nº _____

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 23/05/2024 11:24:03:00-03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSE <https://c.atende.net/p66477db6d4b14>.
POR IGIANE DE JESUS GOMES MORAES - (***963.889-**) EM 23/05/2024 11:24

